



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Formação profissional

GÊNERO E RAÇA NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA BAHIA: ANALISANDO A PRODUÇÃO DE UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

JOSIMARA APARECIDA DELGADO BAOUR¹
JÚLIO CÉSAR MARINHO SANTOS²
CAROLINE DE JESUS SOUZA³
ANA PATRÍCIA SILVA DE MELO⁴

Resumo: O artigo propõe discutir a formação profissional em Salvador por meio de produções monográficas de assistentes sociais que fizeram o curso de especialização, na modalidade à distância, *Gestão de políticas públicas em gênero e raça (GPP-GER)*, especialmente os projetos de intervenção das assistentes sociais que cursaram a especialização no ano de 2014, os quais foram apresentados como monografias de conclusão de curso. Nesses trabalhos, articulando conhecimentos sobre gênero e raça, as profissionais discutem o trabalho profissional, sob esse enfoque, permitindo-nos analisar dois elementos: suas próprias trajetórias como profissionais que trabalham no interior da Bahia, sem acesso à formação presencial; o trato teórico dessas categorias no interior das formulações das colegas, o que aponta para certas fragilidades conceituais e seus rebatimentos nas interpretações acerca do trabalho profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; formação profissional; gênero; raça

Abstract: The article proposes to discuss the professional formation in Salvador through monographic productions of social workers who did the specialization course, in the distance modality, Management of public policies in gender and race (GPP-GER), especially the intervention projects of the social workers who attended the specialization in 2014, who were presented as monographs of course completion. In this work, articulating knowledge about gender and race, professionals discuss professional work, under this approach, allowing us to analyze two elements: their own trajectories as professionals working in the interior of Bahia, without access to face-to-face training; the theoretical treatment of these categories within the formulations of colleagues, which points to certain conceptual weaknesses and their refutations in the interpretations about professional work.

Keywords: Social Work; professional qualification; genre; race

I INTRODUZINDO O DEBATE

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Bahia. E-mail: <josimaradelgado@gmail.com>

² Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia.

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Bahia.

Sobretudo a partir da década de 1990, o Serviço Social brasileiro tem sofrido uma série de mudanças referentes a sua inserção na dinâmica da sociedade capitalista marcada pela crise do capital e suas formas de restauração. No bojo dessas mudanças, destacam-se, de um lado, a consolidação de um projeto profissional crítico, por meio de conquistas como a Lei de regulamentação da Profissão (8.662/1993), o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). De outro lado, esses também têm sido tempos de novos desafios postos pela dinâmica do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, enquanto processos que apresentam novas determinações para a questão social, a qual se complexifica, bem como novas configurações para o trabalho e a formação profissional no Brasil.

Neste artigo, pretendemos trazer alguns elementos para pensar essa última questão, qual seja, as mudanças no campo de trabalho e da formação em Serviço Social em sua face mais contemporânea. Aqui, buscamos, contudo, tematizar esse ponto, a partir do enfoque em uma particularidade sócio-histórica por meio da qual essas novas configurações tornam-se concretas. Trata-se, assim, de pensarmos em certos elementos específicos da constituição desse processo a partir da vivência e do estudo acerca da realidade de Salvador.

Partimos do pressuposto de que, na contemporaneidade, produzir análises concretas acerca da realidade da formação profissional, dentro de uma perspectiva crítica, é também uma expressão do compromisso político com o fortalecimento de um projeto profissional que se coloca na luta contra o conservadorismo social e profissional que marca esse contexto. Entendemos que a pesquisa de situações concretas acerca do trabalho profissional, das relações sociais em que se inscreve, das especificidades de seus sujeitos, das condições particulares de seu exercício, das especificidades regionais da questão social em que esse trabalho está inserido é uma condição essencial para o enfrentamento de vários desafios postos ao Serviço Social brasileiro atualmente. Sobretudo, referimo-nos ao papel estratégico desse tipo de produção na identificação dos

processos de precarização do trabalho⁵ e da formação profissional num contexto de crise de capital e de avanço conservador.

Na capital baiana, a formação profissional chama atenção pelo intenso processo de expansão pela via de instituições privadas — são cerca de 60 cursos no Estado —, bem como pela tardia inserção da formação no âmbito público, visto que há apenas 10 anos surgem as duas unidades públicas de formação existentes do estado, ambas frutos do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Desse modo, não há, na Bahia, cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social ou cursos de especialização na área oferecidos em universidades públicas. Sobre essa última questão, pode-se perceber a sua incidência no perfil das assistentes sociais baianas e em suas trajetórias de formação profissional. Destaca-se aqui, uma diversidade de percursos de formação pós-graduada, com predominância de profissionais com especializações, mestrados e doutorados em áreas como Educação, Saúde Coletiva, Política Social e, com grande presença entre as profissionais, os Estudos de Gênero oferecidos sobretudo pelo NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher).

Nosso artigo propõe, então, fornecer algumas contribuições para pensarmos esse quadro específico, por meio da análise das produções monográficas de colegas assistentes sociais que fizeram o curso de especialização, na modalidade à distância, *Gestão de políticas públicas em gênero e raça (GPP-GER)*⁶ e que residem e atuam, em grande medida, em

⁵ Seguimos aqui, o conceito de Graça Druck para quem a precarização é um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. Essa condição se torna central e hegemônica, contrapondo-se a outras formas de trabalho e de direitos sociais duramente conquistados em nosso país, que ainda permanecem e resistem (DRUCK, 2011, p.41).

⁶ O curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER) realizado na modalidade de Educação a distância, têm como objetivo geral instrumentalizar os(as) participantes para intervenção no processo de concepção, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos programas e ações de forma a assegurar a transversalidade e a intersectorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. O curso está dirigido a servidores/as dos

municípios do interior do Estado da Bahia. Os dados analisados, compostos pela leitura e tratamento das monografias, são fruto das pesquisas *Da distância à aproximação: demandas e proposições do Serviço Social em uma Especialização sobre Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça na Bahia* e *A apropriação da transversalidade de gênero e raça por assistentes sociais em trabalhos de conclusão de curso de uma especialização sobre gestão de políticas públicas na Bahia*, vinculadas ao grupo de pesquisa Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social (UFBA/CNPq).

Nesse texto, debateremos, em conjunto, os resultados obtidos com a análise dos projetos de intervenção das assistentes sociais que cursaram a especialização no ano de 2014, os quais foram apresentados como monografias de conclusão de curso. Nesses trabalhos, articulando conhecimentos sobre gênero e raça, as profissionais tecem problematizações sobre o trabalho profissional, sob esse enfoque, permitindo-nos analisar algumas dimensões interessantes sobre a formação profissional. Em primeiro lugar, podemos antever determinadas trajetórias, de profissionais que trabalham no interior da Bahia, sem acesso à formação presencial, algumas, inclusive na graduação e confrontadas com demandas específicas no campo dos direitos sociais referentes a gênero e raça. Em segundo lugar, podemos analisar a forma, tantas vezes problemática como se dá o trato teórico dessas categorias no interior das formulações das colegas, o que aponta para certas fragilidades conceituais e seus rebatimentos nas interpretações acerca do trabalho profissional.

Além dessa introdução, o texto divide-se nas seguintes partes: uma breve discussão sobre as particularidades da formação profissional em Salvador; a análise, ainda preliminar, com base nos perfis e da produção das assistentes sociais que cursaram a especialização em gênero e raça; algumas considerações finais.

três níveis da administração pública, integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Juventude e às/aos dirigentes de organismos não-governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico racial.

II ESPECIFICIDADES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SALVADOR

A formação profissional em Serviço Social no Brasil gestou-se e amadureceu ao longo da história da sociedade brasileira, permeada pelas forças sociais em tela, pelo próprio acúmulo da categoria e pelas dinâmicas sociais.

Assim, por exemplo, lembramos os projetos iniciais de formação, cujo marco é a criação, em 1936, da primeira escola de Serviço Social sob a iniciativa das forças católicas, com forte interlocução com o tomismo e o positivismo. O universo analítico dessa perspectiva se dava em torno de uma concepção ao mesmo tempo doutrinária e diagnóstica da realidade social. Esse era um projeto sustentado por profissionais ligadas às elites e seus imperativos de ajustamento moral das famílias trabalhadoras num período inicial de formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. Posteriormente, nos períodos de 1950 e 1960, deu-se uma expansão dos cursos de Serviço Social e sua inserção no ambiente universitário marcado por reformas em curso à época (LIMA, 2016). Nesse momento, a institucionalização dos serviços sociais pelo Estado autoritário requiritava profissionais técnicos e burocratas para atuação nas suas instituições e a formação profissional assume, de fato, um cunho bastante técnico, voltado para a busca de eficiência e a manipulação de variáveis práticas.

A formação em Serviço Social só se reorienta, em termos teóricos e políticos, na década de 70, no interior do processo de renovação da profissão. Como se sabe, essa reorientação é marcada pela interlocução da categoria com o pensamento de Marx e pela politização do debate sobre o trabalho profissional e sua relação com os projetos societários das classes. Este referencial, sobretudo a partir dos anos 1990, ganha hegemonia na formação e nas ações do Serviço Social no país, dando bases para a construção coletiva de um novo projeto profissional, o projeto ético-político do Serviço Social. Nesse projeto, torna-se fundamental o acompanhamento dos processos históricos, bem como a pesquisa da realidade social passa a ser encarada como componente indissociável do

exercício profissional (IAMAMOTO, 2014). Isso, pois o próprio entendimento sobre o Serviço Social gestado em seu interior, apresenta a profissão em sua inserção nas relações sociais da sociedade capitalista, como um trabalho cujo objeto são as contradições produzidas por essa forma específica de trabalho e sociabilidade. Ou seja, trata-se de um objeto processual, histórico e contraditório cujas determinações mais gerais, bem como suas expressões particulares precisam ser desveladas em sua estrutura e em seu movimento.

Assim, a despeito de outras dimensões relacionadas a esse projeto profissional, chamamos atenção para sua necessária vinculação com a pesquisa e a produção de conhecimentos e, pois com uma formação ampla e continuada.

Isso, pois acreditamos que, contemporaneamente, um dos grandes desafios para a categoria e para seu projeto ético-político, está presente nos fortes ataques à formação profissional, no interior de um processo de desmonte da educação pública e de mercantilização do ensino. Diante de um quadro de reestruturação do capital no qual a classe dominante vê a possibilidade através da política de Educação de maximizar sua taxa de lucro, a universidade, torna-se um *lócus* para tal ensejo, apresentando-se a partir de uma lógica mercantil e empresarial, estimulando a sua privatização, de acordo com os ditames do capital e seus organismos correspondentes (IAMAMOTO, 2014, p.626).

O processo de expansão da educação no Brasil, tanto por meio da multiplicação das universidades privadas e da ampliação dos cursos nas universidades públicas, como no crescimento dos cursos à distância, deu-se de modo a favorecer a iniciativa privada, abrindo espaços para que ela explore livremente o setor educacional e ainda receba financiamento público para seus negócios, como no Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), ou isenção fiscal como no Programa Universidade para Todos (PROUNI). No setor público, lembremos que o REUNI ampliou as vagas públicas, adotando estratégias de gestão mercadológica como a otimização dos recursos materiais existentes e a intensificação do trabalho docente (PEREIRA, 2012).

A formação profissional diante desse contexto, atualmente, apresenta um quadro de

[...] importantes mutações na atualidade em decorrência de: (a) expansão acelerada da oferta de vagas, como já relatado; (b) prevalência de *instituições de ensino privadas não universitárias em detrimento das universidades, o que coloca em questão o tripé ensino, pesquisa e extensão como base da formação, visto estar associado às funções precípua da instituição universitária*; (c) *precarização das condições de trabalho docente expressa na proliferação de contrato por tempo determinado ou por tarefa, no rebaixamento salarial, na intensificação do trabalho, no maior volume de aulas semanais com elevada relação numérica professor/aluno, na redução da autonomia docente na elaboração dos programas das disciplinas, em favor de pacotes preestabelecidos pelas empresas que definem conteúdos e bibliografias adotados; absorção de pós-graduandos, que buscam acumular experiência no trabalho docente*; (d) *mudança no perfil socioeconômico dos estudantes, com ampliação do acesso aos IES por parte da juventude trabalhadora, estimulada pela política de cotas para o ensino superior, bolsas do ProUni, crédito escolar, entre outros* (IAMAMOTO, 2014, p. 629-630, grifos da autora).

A pós-graduação em Serviço Social, por sua vez, elemento tão importante para o amadurecimento da profissão, também sofre os impactos decorridos desse quadro de contrarreforma do Estado, uma vez que os recursos para pesquisas nas ciências sociais se encontram cada vez mais escassos, dada a preferência do financiamento para as ciências agrárias, exatas e da terra, impactando também na graduação, haja vista que depende de docentes formados pela pós e da bibliografia nela produzidas (RIBEIRO, 2016).

A pós-graduação, em sentido lato, teve um aumento significativo de seus cursos nos últimos 40 anos, aumento esse que ocorreu significativamente em instituições públicas. É necessário destacar o papel estratégico que a ciência atualmente desempenha no sentido do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, isto é, uma produção de conhecimentos atrelada ao capital. O governo brasileiro através dos seus planos nacionais de pós-graduação tem incentivado o financiamento empresarial de pesquisas, determinando certas temáticas como prioritárias para o desenvolvimento do grande capital, impondo, desse modo, limites a liberdade científica (RIBEIRO, 2016).

Essas são, pois, algumas das questões importantes para se compreender a particularidade da formação profissional na cidade de Salvador. Pensar essa realidade específica implica, necessariamente, considerarmos essas mudanças rápidas e profundas ocorridas nas formas de reprodução da categoria profissional na contemporaneidade: ampliação dos cursos, privatização e mercantilização do ensino, crescimento dos cursos em modalidade à distância. Um dos grandes impactos desse quadro é estrutural e demanda um esforço de desvelamento sobre seu significado histórico para a profissão. Trata-se do fato de termos atualmente, segundo os dados mais recentes do CRESS-BA, 21.454 registros profissionais, sendo 15.963 registros ativos, ou seja, são quase 16.000 assistentes sociais atuando no estado. Ainda não há dados precisos sobre a proporção de profissionais oriundas das distintas modalidades de ensino, mas certamente, uma significativa parte dessas colegas estudaram em instituições privadas e, especialmente no interior, mas não somente, em cursos na modalidade à distância.

O ensino na área do Serviço Social no estado da Bahia foi feito, por muitas décadas, até 2001, pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Nesse ano, foi criada uma faculdade privada em Feira de Santana e, em 2003, uma outra em Salvador. Atualmente, já são 59 unidades de ensino no estado, sendo 39 na capital. Apenas em 2008 foi criado um curso de Serviço Social numa Universidade pública na Bahia, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e em 2009, o segundo curso, na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, dentro do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Do mesmo modo, a formação pós-graduada na área do Serviço Social no estado da Bahia é ainda insuficiente. Somente em 2006, com o Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania na UCSAL, cria-se uma oportunidade efetiva de educação continuada na área de Serviço Social, sendo que, atualmente, tendo se tornado um Programa de Pós-Graduação, o curso de Políticas Sociais e Cidadania passou a ser da área interdisciplinar. Em 2013, inaugura-se o curso de Doutorado Interinstitucional-DINTER, envolvendo duas instituições – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)/Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – com o intuito de qualificar os professores dos cursos de Serviço Social da UFRB e da UFBA. Veja-se, pois, que, no estado e, especialmente, em Salvador, a entrada da formação profissional no âmbito da universidade pública é bastante recente.

Atualmente, então, pode-se afirmar que a formação em Serviço Social no estado da Bahia é marcada pelos processos de privatização e mercantilização do ensino. Observa-se, de forma séria, o crescimento dos chamados cursos de extensão, cursos feitos em dois anos e cujo certificado é fornecido por uma instituição de ensino regular ; é corrente no estado a presença de preceptorias funcionando como estágio supervisionado, o que significa a mercantilização dessa atividade, posto que envolve o pagamento de profissionais para o acompanhamento de estudantes nos campos.

Os dados que analisaremos nesse artigo, a seguir, expressam e especificam, ainda mais esse quadro. Trabalharemos com a produção de um curso de especialização à distância, fornecido por uma universidade pública e que discute gênero e raça, dois temas que não têm recebido tanta atenção nos debates acadêmicos do Serviço Social, mas que nos últimos anos é premente nas agendas políticas, tonando-se de extremo interesse para a categoria. Desse modo, as análises registram, nesse cenário, algumas questões específicas trazidas pelos debates sobre gênero e raça, quer ao pensarmos a própria categoria, quer quando refletimos sobre o trabalho e a formação profissional.

III. AS ASSISTENTES SOCIAIS E SUAS PRODUÇÕES: ANALISANDO TRAJETÓRIAS E DISCURSOS

As análises feitas aqui se dão com base em alguns trabalhos desenvolvidos no interior do Grupo de Pesquisa *Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social* (UFBA/CNPq). Por meio de técnicas qualitativas e quantitativas de

coleta de dados, esses trabalhos têm permitido reunir uma base empírica bastante significativa acerca do tema, mesmo que as análises ainda se encontrem em fase preliminar.

Para traçarmos o perfil das profissionais que fizeram o curso, realizamos um levantamento documental nos prontuários de alunos inscritos no Curso de Formação em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GER) e apresentaremos os dados sistematizados.

No tocante ao trabalho feito com a produção das profissionais, fizemos um levantamento dos projetos de intervenção das assistentes sociais que cursaram a Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça; fizemos a leitura aprofundada do material; catalogamos os trabalhos, identificando título, tema central do trabalho, política em que trabalha, objetivo da monografia/projeto, principais demandas postas ao trabalho profissional, questão de gênero/raça que é tratada pelo projeto/monografia, apropriação teórico-metodológica acerca da questão gênero/raça; elaboramos um quadro claro sobre as abordagens teóricas relativas ao gênero e a raça utilizadas por essas assistentes sociais em seus projetos de intervenção; realizamos uma leitura crítica acerca dessas abordagens teóricas.

3.1 Quem faz a Especialização em *Gestão de políticas públicas em gênero e raça (GPP-GER)*?

Ao nos fazermos essa questão, nosso interesse concentrava-se em conhecer assistentes sociais, trabalhadoras, em sua formação, trajetória, projetos e inserções, enfim, conhecê-las como sujeitos vivos e concretos que vendem sua força de trabalho ao mercado sob determinadas condições de vida. Nessa trajetória, certamente, a realização de uma especialização se apresentou como caminho de formação continuada.

Para nós, essa via de análise se tornou imprescindível, uma vez que, como mostramos, as mudanças contemporâneas na educação em geral no campo do Serviço Social nos permitem inferir que essas profissionais-estudantes são mulheres inseridas em um contexto novo de formação profissional, bastante desafiado pela precarização e mercantilização.

Do mesmo modo, pensamos que esse tipo de processo atinge sobremaneira, mulheres mais vulneráveis do ponto de vista de sua inserção profissional e processo formativo o que, em todo o país e especialmente em Salvador, corresponde a um contingente de trabalhadoras negras. Cibele Henriques, usando dados do INEP de 2013, mostra que as mulheres são maioria, dentre o total de estudantes que se matriculam em cursos à distância, o que a autora associa à falta de proteção pública às mulheres em seu enfrentamento de duplas e triplas jornadas que envolvem, trabalho, estudo e família (HENRIQUES, 2016).

Vejamos, pois, alguns dados encontrados em nossa pesquisa. Dos 30 prontuários pesquisados, 29 eram de mulheres e apenas 1 de um estudante homem. Quanto à raça/cor, 22 eram de profissionais pretas e pardas, ou seja, negras; 5 eram de pessoas brancas e 3 não informaram. Sobre o tipo de instituição em que fizeram a graduação, 22 profissionais são oriundas de instituições privadas, 4 de instituições públicas e 4 não informaram. Sobre o ano de conclusão do curso de graduação, 20 se formaram entre 2011 e 2014 e 6 pessoas entre 2006 e 2010.

Eis algumas questões sobre a base social das profissionais. Na pesquisa, há a predominância do contingente feminino, o que é uma tendência histórica no Serviço Social. Na pesquisa de Rosa Prêdes, de 2005, tínhamos, no Brasil, apenas 3% de homens assistentes sociais. Em nossa pesquisa, encontramos apenas um homem entre os que fizeram o curso.

Ainda sobre a pesquisa de Prêdes, é interessante pensarmos no perfil encontrado na realidade brasileira, em geral. “Pode-se identificar a predominância do seguinte perfil geral do (a) assistente social no Brasil: mulher, com idade entre

35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual e casada, constituindo uma prole de dois filhos”.

Aqui, partimos do pressuposto de que, atualmente, a base de recrutamento da categoria encontra-se mais diversificada em função de alguns processos sociais como a ampliação do acesso à universidade aos trabalhadores e trabalhadoras negros(as) e pobres, bem como a proletarização do setor de serviços. Assim, desse modo, percebemos que as assistentes sociais baianas são, em sua maioria, negras, compreendendo aí, pretas e pardas. Atualmente, pela forte precarização das políticas sociais, algumas têm contratos muito precários e recebem um salário bastante baixo. Do mesmo modo, percebemos que, além de serem mulheres oriundas da classe trabalhadora e negras, apresentam também uma diversidade de orientação sexual, religiosa e de composição familiar (DELGADO, 2016).

Estamos, pois, tratando, aqui, das complexidades que marcam os processos de constituição dos quadros sociais que compõem a categoria, as quais se expressam quando consideramos as contradições ligadas à dinâmica das relações entre classes, sexos, etnias e gerações. Assim, apontamos a importância de pensarmos sobre os processos que, mais recentemente, têm permitido a entrada de negros e mulheres na universidade, mas também para aqueles que reproduzem o lugar subalterno da mulher no mercado de trabalho. Se houve conquistas em termos de aumento da renda e acesso ao mercado, para mulheres e negros em geral, esse movimento recriou vetores de discriminação de determinados grupos. As mulheres, por exemplo, continuam exercendo trabalhos precários e vulneráveis, inserindo-se sobretudo em setores em que, tradicionalmente, há o predomínio da mão-de-obra feminina. (IPEA, 2016).

Pensamos que esse é um debate importante e ainda pouco feito pela literatura profissional, qual seja, pensarmos o trabalho do Serviço Social a partir de seus sujeitos, as mulheres trabalhadoras. Essa base social tem papel determinante na constituição das expectativas que lançam sobre a profissão e na forma como ressignificam as experiências do trabalho, bem como os códigos e

bases teóricas recebidos na formação. Sugere-se aqui a necessidade de pensarmos esse processo, também a partir da composição social da categoria, enquanto elemento importante para a análise da forma como os projetos profissionais se efetivam e transformam no cotidiano do trabalho profissional.

3.2. Lendo e analisando as monografias

Foram lidos 17 projetos, dentre os 29 existentes. Desses, 9 tematizam a Assistência Social, 6, a Saúde, um problematiza o terceiro setor e em outro não conseguimos identificar a área. No tratamento dos dados, construímos um quadro demonstrativo de todas as monografias, constando a Política a que se referia, o objeto e os objetivos do trabalho e a relação do debate gênero e raça com o trabalho profissional.

Para fins de exposição, nesse artigo, tomaremos alguns eixos que foram observados a partir desse quadro geral.

Vamos a eles. O primeiro eixo refere-se às escolhas temáticas dos projetos. Na área da Assistência, dois temas são recorrentes: a questão do empoderamento feminino e da violência. Identificamos que os temas são pensados em sua relação com a Política de Assistência, havendo debates sobre os programas de transferência de renda e os CREAS. No campo da saúde, destaca-se a discussão sobre saúde reprodutiva, bem como a questão da violência; nesse campo, busca-se transversalizar, com mais clareza, o debate sobre raça, diferentemente do campo da Assistência em que as questões de gênero e classe são mais presentes.

Um segundo eixo refere-se às abordagens teórico- metodológicas e sua relação com a análise dos dados. Ao analisarmos os trabalhos, identificamos que uma grande parte dos projetos de intervenção conseguia traçar, nitidamente, o perfil quantitativo das usuárias demandatárias daquele serviço/política, mas, em sua maioria, não conseguia fazer uma análise qualitativa mais aprofundada sobre

os próprios dados, remetendo esse perfil a uma realidade sócio-econômica mais ampla e, pois, problematizando esse perfil naquilo que ele expressa sobre as desigualdades sociais no Brasil e na região. Vejamos alguns exemplos.

Os projetos cuja temática foi a saúde reprodutiva conseguiram identificar a condição da mulher negra e adolescente como um perfil padrão que mais se repetia. Contudo, apesar de identificarem a mulher negra como realidade empírica dominante no serviço, esses trabalhos não avançaram para uma explicação sobre as condições históricas que contextualizam a predominância desse perfil de usuária, bem como suas relações com o tema da saúde reprodutiva.

Isso também foi observado em um dos projetos que trabalha na perspectiva da prevenção da gravidez na adolescência. Tal projeto tem como objetivo trabalhar a educação sexual e medidas preventivas voltadas para adolescentes de um município baiano. Na descrição da justificativa para a execução do projeto, a profissional traz dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) acerca dos dados da gravidez na adolescência no município trabalhado. Esses dados apontam que a maioria dos casos são de mulheres negras que sobrevivem do benefício do Bolsa Família. Contudo, ai também não se faz a relação entre o tema e o perfil das usuárias. As referências trazidas na fundamentação dizem respeito, apenas, a estudos epidemiológicos sobre a gravidez na adolescência.

Analisando esse dado, percebemos que os trabalhos carecem de um debate fundamental sobre como pensar o perfil das usuárias dos serviços, as mulheres negras, do ponto de vista do que suas vidas e trajetórias expressam em termos das desigualdades sociais, da questão social e da ação das políticas públicas. Nesse caso específico, fazer esse debate seria, a nosso ver, enfrentar a discussão sobre as intersecções entre gênero, raça e classe nas expressões da questão social no Brasil, na região e na política analisada.

A história do trabalho no Brasil e, pois, da questão social e suas várias expressões são marcadas historicamente por formas de exploração do trabalho com fortes dimensões raciais e de gênero. O racismo tem sido, no Brasil, uma

forma importante de obter controle social sobre um grupo específico da população. Nas diversas crises do sistema capitalista, o racismo atuou como ideologia fundante no processo de reprodução do capital, inicialmente justificando a escravização, posteriormente, forjando uma inclusão do negro, por meio do mito da democracia racial e, em seguida, na crise mais atual, pelo trato da população negra por meio do extermínio, do encarceramento e das políticas de extrema pobreza, em detrimento da ampliação de seu acesso a postos de trabalho qualificados e a direitos sociais. A população negra, especialmente as mulheres negras, é a mais afetada pelos trabalhos precários, não só contemporaneamente, mas ao longo de nossa história, bem como pelo desemprego estrutural e pelo racismo institucional presente na ação do Estado. Do ponto de vista de sua saúde, essas mulheres são extremamente afetadas por uma noção biomédica de cuidado, permeada por racismo e sexismo, a qual impõe controle e opressão a sua sexualidade e a seus direitos reprodutivos, além, da falta de acesso à informação e serviços públicos de qualidade.

Recuperar minimamente esse debate seria importante para dar um trato mais aprofundado à problematização trazida no projeto de intervenção e, pois, à própria definição do objeto e objetivo das propostas. E esse é o terceiro eixo que rapidamente trazemos para a discussão, qual seja, a relação entre o debate teórico-metodológico e a intervenção. Sobre esse eixo, observamos como a não realização desse debate tem um impacto direto na proposta de trabalho que é feita, o que implica no estabelecimento de objetivos e estratégias profissionais sem fundamentos históricos e construídas sem um diálogo aprofundado com dimensões importantes da realidade.

Um dos projetos pode ser utilizado como exemplo dessa fragilidade no que toca à relação entre debate teórico e estratégias de intervenção. Tal projeto tem como tema central a capacitação dos profissionais de saúde que atuam na Rede de Atenção Básica do município trabalhado, com vistas a operacionalizar ações de atenção à saúde da população negra. Porém, a autora do projeto traça como objetivo deste trabalho a capacitação desses profissionais com o objetivo explícito

de eliminar o racismo institucional no SUS.

Este objetivo, por si só, já seria problemático quando consideramos o racismo institucional como um dos elementos estruturais da sociedade capitalista, não sendo possível a sua superação apenas com as ações postas no projeto de intervenção. O mais interessante é que a ausência do debate não significa o desconhecimento ou a não utilização de autoras que travam o debate sobre classe, raça e gênero no Brasil. Uma das autoras mencionadas em seu referencial teórico é Jurema Werneck, autora que direciona seus estudos à compreensão dos impactos do racismo institucional na saúde, considerando o caráter estrutural do racismo institucional, ao garantir a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados (Werneck, 2016). Logo, podemos perceber que o referencial teórico utilizado não dialoga com os próprios objetivos do projeto e não inspiram uma leitura de realidade capaz de identificar objetos e problematizar determinadas situações.

Ainda que incipientes, essas análises nos motivam a aprofundar ainda mais a pesquisa sobre a realidade da formação profissional dessas assistentes sociais na Bahia, considerando os aspectos de classe, raça e gênero para pensar nosso trabalho, tanto no tocante ao perfil das profissionais, quanto aos nossos objetos e estratégias de intervenção.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a formação profissional em Serviço Social hoje, sobretudo em regiões como a Bahia, extremamente afetadas pela precarização e mercantilização do ensino, é um grande desafio de pesquisa para a categoria, o qual guarda importantes desdobramentos políticos.

Nesse artigo, enfrentamos alguns aspectos dessa complexidade, trazendo justamente a particularidade de Salvador em uma de suas especificidades, a

presença forte dos cursos de pós-graduação à distância, bem como a ausência de cursos presenciais na área de Serviço Social, públicos ou privados, em nível pós graduado.

Percebemos que se aproximar desses cursos, significa conhecer um campo de estratégias educativas mercantilizadas e precarizadas que, contudo, de alguma forma, respondem às necessidades das profissionais.

Nesse sentido, essa aproximação nos coloca em contato, de um lado, com profissionais que contam com essas estratégias para tentarem responder a suas carências formativas, muitas delas advindas de uma graduação já feita à distância. Investigando essa pista, percebemos a forte presença de profissionais negras, ganhando baixos salários e com vínculos precários de trabalho como uma realidade que marca o perfil das assistentes social no Brasil contemporâneo.

Mas essa aproximação aponta também para o fato de que é um interesse específico da categoria, debater as relações entre classe, raça e gênero. Poderíamos dizer, nesse sentido, que essa é a maior contribuição do curso analisado, qual seja, permitir o contato com a literatura que faz esse debate, bem como com as tutoras e orientadoras que, mesmo à distância, contribuem para a existência de algum nível de debate sobre questões importantes para as profissionais.

Contudo, analisando especificamente a questão das produções acadêmicas, percebe-se uma significativa fragilidade na forma como o debate das relações entre classe, gênero e raça aparece nos projetos de intervenção. De um lado, o próprio debate não se faz presente em suas dimensões e implicações mais profundas. Ou seja, não há uma reflexão consistente sobre a forma complexa por meio da qual se montam e se estruturam as desigualdades, assimetrias e extratificações sociais na sociedade brasileira contemporânea, necessariamente marcadas pela intersecção entre exploração do trabalho, racismo e sexismo como dimensões estruturantes. E, de outro lado, essa, digamos assim, ausência teórica, impacta os projetos de intervenção, o que se pode ver no fato das autoras não conseguirem construir objetos e objetivos oriundos da problematização teórica e

do confronto com a realidade empírica.

Para finalizarmos cabe-nos dizer que esse debate aponta para a urgente necessidade de construção do campo do ensino pós-graduado em Serviço Social na Bahia no interior da universidade pública. Essa instância, apesar de suas contradições, tem papel fundamental na criação de debates políticos estratégicos e de quadros de profissionais capazes de se comprometer eticamente com causas sociais.

Essas breves provocações sinalizam vários desdobramentos e indicam a necessidade de ampliarmos os enfoques sobre o debate acerca do trabalho profissional, concretizando as nuances e particularidades do exercício e da formação, num contexto de diversificação das condições de trabalho e do processo formativo, marcado por desigualdades regionais e diversidades sócio-culturais que se expressam no âmbito profissional.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Josimara; O trabalho do assistente social em Salvador; contribuições para o debate atual. **Relatório de pesquisa**. Salvador:CNPq, 2016.

_____.TAVARES, Márcia Santana. (Trans)versalidades de Gênero e Geração nas Políticas Sociais. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 79-97, 2012.

DRUCK, Graça. Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador: UFBA, v. 24, 2011.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. **Pro-Posições**, v. 14, n.1, (40) , p. 107-119, jan./abr.2003.

GRASSI, Estela. Profesionales femeninas: la reproducción de la desigualdad. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 32, ano 10, , p. 96-114, maio/ago. 1990.

HENRIQUES, C. da S. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe:a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. **Universidade e Sociedade**, Brasília: Andes-SN, jun.2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho

e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: IPEA, 2016.

LIMA, Jéssica Cleophas do Carmo. **A Educação Superior e a formação profissional em Serviço Social na cidade de Salvador/BA: desafios e possibilidades para a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional**. 2016. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan. 2010.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional? **SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 30-49, jan./jun. 2012.

PREDES, R. L. et. al. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.

RIBEIRO, Daniella Borges. Pós-graduação, formação e trabalho profissional. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, p. 73-95, 2016.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, Set. 2016.